



**REPRESENTAÇÃO FEMININA E ENTRELUGAR EM
MOÇAMBIQUE: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE *CADERNO DE
MEMÓRIAS COLONIAIS E O SÉTIMO JURAMENTO***

*FEMALE REPRESENTATION AND IN-BETWEEN IN MOZAMBIQUE: A
BRIEF ANALYSIS ON CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAIS AND O
SÉTIMO JURAMENTO*

*REPRESENTACIÓN FEMENINA Y ENTRELUGAR: UN BREVE ANÁLISIS
DE CADERNO DE MEMÓRIAS COLONIAS Y O SÉTIMO JURAMENTO*

Daniel Conte¹

Imara Bemfica Mineiro²

Lauren Maria Feder da Silva³

RESUMO

Os contextos pré e pós-independência em Moçambique foram marcados por desigualdades sociais. Esses contextos possibilitaram a construção de identidades híbridas e de entrelugares culturais. O objetivo deste trabalho é analisar, por meio de uma revisão de literatura, a questão da representação feminina e do entrelugar nas obras *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, e *O sétimo juramento*, de Paulina Chiziane. Para tanto, pretende-se estabelecer relações entre as teorias sobre a representação e a identidade em Hall (1997 e 2006), o entrelugar em Bhabha (2012) e o hibridismo cultural, conforme Souza (2004), também segundo Bhabha. Os resultados mostram que as mulheres são retratadas de maneiras distintas nas obras, tendo em vista os contextos cultural, social e político em que as obras estão ambientadas. Ademais, compreende-se que a subjetividade das personagens é representada a partir da forma como lidam com os diferentes conjuntos culturais que compõem suas identidades e do modo como aceitam ou rejeitam o entrelugar cultural do qual fazem parte.

PALAVRAS-CHAVE: representação, entrelugar, identidade.

1 Coordenador do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: dcdcdanielconte@gmail.com

2 Professora do Departamento de Letras/Espanhol na Universidade Federal de Pernambuco E-mail imara.mineiro@ufpe.br

3 Mestranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. E-mail: laurenmfeders@hotmail.com



ABSTRACT

The before and after Independence contexts in Mozambique were marked by social inequalities. These contexts enabled the construction of hybrid identities and cultural in-between spaces. The objective of this work is to analyze, through a literature review, the female representation and the cultural in-between spaces in the books Caderno de memórias coloniais e O sétimo juramento. Therefore, it is intended to establish relations between the theories of representation and identity of Hall (1997 and 2006), the cultural in-between of Bhabha (2012) and cultural hybridism of Bhabha, according to Souza (2004). The results show that women are portrayed in different ways in these books, considering the cultural, social and political contexts in which the narratives are set. Furthermore, it is understood that the subjectivity of the characters is represented based on the way they deal with the different cultural sets that make up their identities and the way they accept or reject the cultural in-between spaces of which they are part.

KEYWORDS: *representation, cultural in-between, identity.*

RESUMEN

Los contextos anteriores y posteriores a la independencia en Mozambique estuvieron marcados por las desigualdades sociales. Estos contextos permitieron la construcción de identidades híbridas y entrelugares culturales. El objetivo de este trabajo es analizar, por medio de una revisión bibliográfica, la representación femenina y el entrelugar en los libros Caderno de memórias coloniais y O sétimo juramento. Para esto, tenemos la intención de establecer relaciones entre las teorías sobre la representación y la identidad de Hall (1997 y 2006), el entrelugar de Bhabha (2012) y la hibridez cultural de Bhabha, consonante Souza (2004). Los resultados muestran que las mujeres son retratadas de diferentes maneras en las obras, en vista de los contextos culturales, sociales y políticos en los que se sitúan a las obras. Además, se entiende que la subjetividad de los personajes se representa a partir de la forma en que se relacionan con los diferentes grupos culturales que conforman sus identidades y la forma con que aceptan o rechazan el medio cultural de que hacen parte.

PALAVRAS-CLAVE: *Representación, entrelugar, identidad.*

Introdução

Em seu trabalho *The work of representation* (1997), Stuart Hall define a representação como uma forma de utilizar a linguagem para apresentar o mundo de forma significativa a outra pessoa. Nesse sentido, é por meio de um elemento cultural compartilhado por duas ou mais pessoas que elas podem construir significados. Para esse processo são utilizados signos e é a partir deles, e da interação entre interlocutores, que as representações e os sentidos são construídos.

Ao ler um texto literário, por exemplo, autor e leitor participam de um processo de interação. A partir da identificação dos signos utilizados pelo autor para a construção da narrativa, o leitor realiza um processo de interpretação e dá sentido, a partir de suas próprias

experiências e de seu conhecimento linguístico, ao que está lendo. Através desse processo é possível construir representações de diversos tipos, porque, para esse autor, “não é o mundo material que transmite os significados; é o sistema linguístico ou qualquer que seja o sistema que estejamos utilizando para representar nossos conceitos” (SANTI e SANTI, 2008, p. 5-6).

Dessa forma, neste trabalho serão analisadas as representações femininas nas obras *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo, e *O sétimo juramento*, de Paulina Chiziane. Para tanto, a metodologia utilizada será a revisão de literatura e a análise partirá de duas perguntas centrais: “como é feita a representação feminina nas obras selecionadas?” e, ainda, “há influência do entrelugar para a construção da representação das identidades femininas nessas obras? De que forma?”.

Para responder a essas perguntas, foram selecionados trechos de ambos os livros que tratem sobre a representação das personagens femininas. A seleção das ocorrências deu-se após uma leitura atenta da materialidade ficcional e essas foram organizadas em tabelas de acordo com a representação a que se referem. Posteriormente, este trabalho apresentará a análise de alguns desses trechos – análise que foi realizada à luz das teorias de Stuart Hall (1997 e 2006) e Homi Bhabha (2012).

A primeira das obras escolhidas, *Caderno de memórias coloniais*, ambienta-se no período colonial em Moçambique e apresenta a perspectiva da própria autora que, ao revisitar suas memórias de infância, coloca-se como personagem e constrói uma narrativa que liga suas vivências pessoais aos fatos históricos que levaram à independência desse país. *O sétimo juramento*, por sua vez, narra a trajetória de David, o diretor bem-sucedido de uma empresa estatal, que recorre à magia quando seu esquema de corrupção é descoberto. Ao fazê-lo, coloca em risco a vida de seus familiares mais próximos – que precisam lidar com as consequências de suas escolhas. Assim como a primeira obra, o livro de Chiziane também apresenta uma representação do contexto social, histórico e político de Moçambique. No entanto, a segunda obra selecionada está ambientada no período da guerra civil, após a independência.

Uma vez que essas obras se relacionam com uma territorialidade que foi submetida à colonização portuguesa durante séculos, a análise ainda abordará o modo como a noção de entrelugar, proposta por Bhabha, é utilizada para a representação da identidade das personagens. Para tanto, na seção a seguir será estabelecida uma relação entre a teoria do orientalismo conforme apresentada por Said (2007) e os mecanismos de dominação utilizados pelas potências europeias para a colonização da África. Ademais, também serão expostos os conceitos que fundamentam as análises das obras, dentre os quais se destacam: a identidade, o hibridismo cultural e o entrelugar.

A colonização e o entrelugar

Ao tratar sobre o *Orientalismo* (2007), Edward Said aborda a forma como a cultura ocidental, desde o primeiro contato com o Oriente, edificou representações que permanecem, até hoje, no imaginário popular. Segundo o autor, as representações fornecidas sobre o Oriente atuam como uma forma de definir a própria identidade da cultura ocidental, especialmente a europeia, uma vez que essa estabelece uma compreensão de sua importância a partir do contraste com o outro. Para Said, “a cultura europeia ganhou força e identidade ao se contrastar com o Oriente, visto como uma espécie de eu substituto e até subterrâneo” (SAID, 2007, p. 30).

Nesse sentido, o autor propõe que quando uma cultura se coloca diante de outra que lhe é diferente e enigmática, atribui um sentido de valor – nesse caso, de superioridade – à sua representação a partir de uma identidade cultural própria. Segundo Said,

tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade no e para o Ocidente. As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em certa medida, refletem uma à outra (SAID, 2007, p. 31).

Desse modo, ao entrar em contato com outras culturas, os integrantes da cultura europeia partem do princípio de que sua cultura deva assumir o papel de cultura dominante. Essa percepção se baseia, segundo o autor, na “ideia de Europa”. Consoante o autor,

o Orientalismo nunca está muito longe do que Denys Hay chama de “a ideia de Europa”, uma noção coletiva que identifica a “nós” europeus contra todos “aqueles” não-europeus, e pode-se argumentar que o principal componente da cultura europeia é precisamente o que tornou hegemônica essa cultura, dentro e fora da Europa: a ideia de uma identidade europeia superior a todos os povos e culturas não europeus (SAID, 2007, p. 34).

As afirmações, nesse sentido, condizem com o que é colocado por Hall (2006) quando discute sobre a cultura nacional e a identidade, uma vez que esse autor reconhece que

uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (...) As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades (HALL, 2006, p. 51).

Dessa forma, apesar de Said (2007) falar especificamente sobre o Oriente, essa teoria também pode ser utilizada para compreender os mecanismos que influenciaram o contato das diversas civilizações europeias com culturas que são diferentes das suas, especialmente

durante o século XIX. Além disso, destaca-se a Conferência de Berlim⁴ como um exemplo marcante que dá suporte às afirmações de Said (2007), uma vez que foi realizado com o intuito de partilhar o corpo-território de África entre as potências europeias sem levar em consideração que pudessem existir diferenças culturais entre os povos originários daquelas regiões durante o processo de delimitação dos territórios.

Entende-se, aqui, que as teorias de Said (2007) e de Hall (2006) podem ser diretamente associadas aos processos de colonização, especialmente àqueles que ocorreram na África portuguesa. As obras que serão analisadas neste trabalho estão inseridas no contexto social, histórico e político de Moçambique – esse país também será o foco das relações estabelecidas entre as teorias e o processo de colonização. É necessário, para tanto, que se revisem, brevemente, alguns dos fatos históricos que influenciaram os contextos sociais e políticos nos quais as narrativas estão ambientadas. Desse modo, faz-se importante lembrar que o primeiro contato entre as civilizações europeias e africanas ocorreu muito antes que a divisão desses territórios fosse oficializada. Por conta disso, no século XIX, uma representação dos povos africanos já havia sido estabelecida no imaginário europeu.

No caso de Moçambique, Cabaço (2007) enfatiza que o primeiro contato com os portugueses – que, posteriormente, foram os responsáveis por sua colonização – ocorreu no ano de 1498, quando presenciaram a breve passagem de Vasco da Gama e sua tripulação por aquelas terras. O autor enfatiza, no entanto, que

Na África oriental, a presença europeia se foi fixando, muito lentamente, ao longo da costa, de preferência em ilhas ou penínsulas que ofereciam melhores facilidades para o acesso das suas embarcações, posições mais favoráveis para se defenderem das populações hostis e de comerciantes rivais (...) e condições ambientais que atenuavam o choque bacteriológico. Ali se edificaram fortificações militares para garantir as rotas marítimas e entrepostos comerciais (CABAÇO, 2007, p. 28).

Desse modo, enfatiza-se que o processo de colonização do território moçambicano não foi imediato, até porque “os territórios da costa africana que hoje correspondem à República de Moçambique foram prioritariamente vistos por Portugal (...) como pontos de apoio para a rota da Índia” (CABAÇO, 2007, p. 61). No entanto, com o crescente interesse na colônia, por conta de suas condições favoráveis à agricultura, ao comércio e à mão-de-obra escrava, intensifica-se paulatinamente a dominação sobre esse território e, com isso, o contato entre colonos e colonizados também passa a ocorrer de modo mais significativo e frequente.

4 Realizado entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, essa conferência reuniu representantes de diversos países europeus e teve como tema central a divisão dos territórios africanos. Apesar de o primeiro contato com os povos africanos ter ocorrido muito antes desse evento, é a partir do Congresso de Berlim que as potências europeias oficializam sua dominação sobre esses territórios.

É a partir desse processo que se pode estabelecer uma relação com o hibridismo cultural conforme a teoria proposta por Homi Bhabha. Para esse autor, conjuntos culturais coexistentes se influenciam de maneira mútua e constante, provocando, assim, uma conformação identitária de natureza híbrida em ambos os grupos. De acordo com Souza (2004), isso ocorre porque os membros dessa sociedade “viveram num contexto onde pelo menos dois conjuntos desiguais de valores e verdades coexistiam simultaneamente: o conjunto de valores da cultura colonizadora e o conjunto de valores da cultura colonizada” (p. 1).

Isso ocorre porque, para Bhabha, a cultura não é entendida como algo fixo, mas como um elemento dinâmico. Desse modo, o autor compreende que

no projeto pós-colonial, em oposição ao conceito dominante de cultura enquanto algo estático, substantivo e essencialista, a cultura passa a ser vista como algo híbrido, produtivo, dinâmico, aberto, em constante transformação; não mais um substantivo, mas um verbo, “uma estratégia de sobrevivência” (SOUZA, 2004, p. 15).

É também nesse sentido que Hall (2006) concebe a identidade como uma “celebração móvel”, dotada da qualidade de se transformar constantemente conforme as representações que a interpelam no seio do sistema cultural. Dessa forma, compreende-se que, nas obras analisadas, as narrativas são marcadas pelo contexto social, histórico e cultural em que estão inseridas. Por conta disso, as representações construídas a respeito das identidades das personagens serão híbridas. Nesse sentido, durante as análises das obras será levada em consideração a afirmação de Souza (2004), quando ele propõe que

em termos da representação do colonizado, qualquer imagem – seja ela feita pelo colonizado ou pelo colonizador – é híbrida, isto é, conterà traços de outros discursos à sua volta num jogo de diferenças e referências que impossibilita a avaliação pura e simples de uma representação como sendo mais autêntica ou mais complexa do que outra (SOUZA, 2004, p. 6).

Tendo em vista que a representação das identidades das personagens sofre influências de contextos multiculturais, considera-se, também, o conceito de entrelugar. Para Bhabha (2012), o entrelugar estabelece-se como “uma cultura das partes” (p. 91). Dessa forma, pode ser entendido como

o tecido contaminado, e até conectivo, entre as culturas – ao mesmo tempo a impossibilidade de as culturas bastarem-se a si mesma e da existência de fronteiras entre elas. O resultado é, na verdade, mais algo que se parece com um “entrelugar” das culturas, ao mesmo tempo desconcertantemente semelhante e diverso (BHABHA, 2012, p. 82).

Nesse sentido, compreende-se que, ao analisar a forma como as femininas personagens estão representadas nas obras *Caderno de memórias coloniais* e em *O sétimo juramento*, é

preciso levar-se em consideração os contextos culturais em que essas personagens estão inseridas nas narrativas. Ademais, considerar-se-á que

os agenciamentos híbridos encontram sua voz em uma dialética que não busca a supremacia ou a soberania cultural. Eles desdobram a cultura parcial a partir da qual emergem para construir visões de comunidade e versões de memórias históricas, que dão forma narrativa às posições minoritárias que ocupam: o fora do dentro; a parte no todo (BHABHA, 2012, p. 91).

Desse modo, busca-se compreender quais os valores culturais que influenciam o processo de construção da representação dessas identidades e verificar como se dá o entendimento que essas personagens têm a respeito de si mesmas e de seu espaço dentro desses contextos multiculturais. Na próxima secção, será feita uma breve apresentação das obras selecionadas, do contexto histórico em que estão inseridas e das personagens escolhidas para a análise.

Representação feminina e entrelugar nas narrativas

Para este trabalho, optou-se por realizar uma análise da representação feminina em Moçambique. Para isso, foram selecionadas duas narrativas textuais ambientadas nesse país em diferentes contextos históricos, políticos e sociais. A primeira das obras escolhidas, *Caderno de memórias coloniais*, foi escrita por Isabela Figueiredo e conta a história da própria autora, que revisita suas memórias de infância e traça paralelos entre suas próprias vivências e os fatos históricos que levaram Moçambique à independência, em 1975. Como filha de portugueses, Isabela narra sua trajetória durante os períodos colonial e pós-independência, apresentando o retrato de um país marcado pelas diferenças sociais, pela opressão e pelo racismo. Ao longo de suas reflexões, Isabela busca estabelecer relações de contrastes e de semelhanças entre ela e as pessoas que a rodeiam, sejam elas brancas ou negras, em uma busca para compreender seu próprio espaço dentro do país em que nasceu. Ademais, a narradora também problematiza as desigualdades sociais existentes entre brancos e negros, evidenciando representações sobre o processo colonial e seus atores.

O segundo livro selecionado, *O sétimo juramento*, é narrado a partir do contexto pós-independência, durante a guerra civil que ocorreu em Moçambique alguns anos após o 25 de junho. Essa obra narra a história de David, um homem bem-sucedido que recorre à magia para se esquivar de acusações de corrupção empresarial. Além de se livrar das denúncias, o feitiço lhe assegura sucesso nos negócios e no amor. Apesar de já ser casado, esse ritual também lhe assegura que ele será polígamo, tendo quatro esposas. No entanto, esses privilégios vêm acompanhados de uma exigência: as vidas de seus familiares devem ser sacrificadas. Narrada em terceira pessoa, a obra apresenta o cotidiano e os dilemas enfrentados pelos demais personagens que sofrem as consequências das escolhas de David. Além disso, retrata as diferentes situações a que as mulheres moçambicanas foram submetidas no período da guerra civil.

A fim de que se possa compreender melhor o contexto histórico das obras, é importante

levar em consideração que ambas as narrativas são permeadas pelos contextos da guerra, da violência e das consequências do colonialismo português. Desse modo, é essencial que se tenha em vista que a guerra colonial se inicia em 1964 e dura uma década, culminando na saída do governo português de Moçambique. Durante esse período, conflitos liderados pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) ocorrem em diversos pontos do país, contando com o apoio de homens e de mulheres moçambicanos. Com o fim da guerra, em setembro de 1974, é o partido FRELIMO que passa a governar Moçambique. É nesse contexto que a narrativa de Isabela Figueiredo está inserida e é a partir da proclamação de independência desse país, em 1975, que a família da personagem passa a buscar seu regresso para Portugal.

O processo de independência, no entanto, não garante a solução dos problemas sociais e econômicos enfrentados pela população moçambicana. O novo governo instituiu o sistema socialista no país e, apesar de suas tentativas de reestruturação econômica e de modernização, Moçambique logo se vê envolvida em uma longa guerra civil entre o partido no poder e a resistência nacionalista de oposição. Esse é o contexto histórico que permeia a narrativa de Chiziane: os problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país aparecem refletidos em seus personagens e enredo.

Uma vez esclarecidos os contextos em que as obras estão situadas, destaca-se também que, devido à grande quantidade de trechos selecionados para a análise, foi estabelecida uma delimitação de que os excertos escolhidos estivessem relacionados a personagens que ocupam um espaço de maior protagonismo nas narrativas e que esses fossem relevantes para a construção da representação de suas identidades enquanto sujeitos híbridos. Dessa forma, o foco das análises estará voltado para as personagens Isabela, de *Caderno de memórias coloniais*, e Vera, de *O sétimo juramento*.

Em um primeiro momento, essas obras serão analisadas de maneiras distintas, de acordo com a ordem cronológica dos períodos históricos em que elas estão inseridas. Posteriormente, serão discutidas as semelhanças e as diferenças entre elas, estabelecendo relações com a teoria do entrelugar cultural.

Tendo como ambientação o período colonial em Moçambique, especificamente a década que antecede a independência, *Caderno de memórias coloniais* oferece um retrato das identidades e dos espaços femininos dentro desse contexto. Ao longo da obra, são construídas representações que colocam as mulheres brancas e negras em constante contraste. Além disso, a obra retrata a forma como o sistema patriarcal afeta a relação dessas mulheres, especialmente a partir da perspectiva das mulheres brancas.

A percepção adotada por elas parece estar diretamente relacionada com a infidelidade masculina e com a posição social atribuída às mulheres portuguesas, conforme pode ser observado no seguinte trecho:

as pretas tinham a cona larga, diziam as mulheres dos brancos, ao domingo à tarde, todas em conversa íntima debaixo do cajueiro largo, com o bandulho atafalhado de camarão grelhado, enquanto os maridos saíam para ir dar a sua volta de homens, e as deixavam a desenferrujar a língua, que as mulheres precisam de desenferrujar a língua umas com as outras. As pretas tinham a cona larga, mas elas diziam as partes baixas ou as vergonhas ou a badalhoça (FIGUEIREDO, 2018, p. 34).

A partir desse excerto é possível perceber alguns elementos interessantes sobre a forma como a personagem Isabela retrata as mulheres que viviam em Moçambique naquele período. Primeiramente, é preciso destacar a forma como a narradora, ao se referir às mulheres brancas, utiliza a expressão “mulheres dos brancos” – o que enfatiza que as mulheres, na sociedade colonial, eram valorizadas a partir de seu papel enquanto esposas e mães. Além disso, também merece destaque a formalidade com que essas mulheres abordam o tema do sexo, utilizando termos como “as partes baixas” e “vergonhas” e vinculando a traição dos homens ao corpo das mulheres negras. Notavelmente, Isabela ignora os graus de formalidade utilizados pelas demais mulheres, o que parece distingui-la daquele grupo.

Ademais, no mesmo capítulo do trecho anteriormente citado, também é apresentada a relação de contraste entre as mulheres brancas e as negras, na qual se ressalta que

as brancas não eram umas cadelas fáceis, porque à cona sagrada das brancas só lá tinha chegado o do marido, e pouco, e com dificuldade, que elas eram muito estreitas, portanto muito sérias, e convinha que umas soubessem isto das outras. Limitavam-se ao cumprimento das suas obrigações matrimoniais, sempre com sacrifício, pelo que a fornicção era dolorosa, e evitável, por isso é que os brancos iam à cona das pretas. As pretas não eram sérias, as pretas tinham a cona larga, as pretas gemiam alto, porque as cadelas gostavam daquilo. Não valiam nada (FIGUEIREDO, 2018, p. 34-35).

Ao ler esse trecho – que aparece nos capítulos iniciais da obra – pode-se perceber que a narradora teve contato com as ideologias machistas e racistas desde sua primeira infância. De modo geral, esses discursos, ao serem vinculados às figuras femininas da obra, relacionam-se com um outro elemento: a opressão. Isso se deve ao fato de que as mulheres colonas, ao se verem oprimidas por seus maridos, tendo que suportar suas traições e a solidão trazida por casamentos arranjados, acabam por reproduzir mecanismos opressivos nas relações com as mulheres negras. Ao fazê-lo, encontram um modo de reafirmar sua superioridade social. Por conta disso, as brancas são constantemente retratadas como “mulheres sérias”, reforçando a ideia de que “uma branca cumpria a obrigação” (2018, p. 40), enquanto as mulheres negras têm sua sexualidade exacerbada. Isabela ressalta que “uma branca não admitia que gostasse de foder, mesmo que gostasse. E não admitir era uma garantia de seriedade para o marido, para a imaculada sociedade toda” (2018, p. 40).

No entanto, ao reproduzir esses discursos, Isabela parece se dar conta de outros elementos que aparecem vinculados à figura das mulheres negras: a violência e a pobreza. No excerto a seguir, é importante notar os três possíveis motivos para que essas se envolvessem sexualmente com os colonos.

as negras fodiam, essas sim, com todos e mais alguns, com os negros e os maridos das brancas, por gorjeta, certamente, por comida, ou por medo. E algumas talvez gostassem, e guinchassem, porque as negras eram animais e podiam guinchar. Mas, sobretudo, porque as negras autorizavam-se a si próprias a guinchar, a abrir as pernas, a ser largas (FIGUEIREDO, 2018, p. 40).

Ao mencionar que as relações sexuais entre colonos e moçambicanas ocorriam “por gorjeta, por comida ou por medo”, a personagem transparece uma compreensão de que a vulnerabilidade social a que foram submetidas no período colonial oportunizou que os brancos utilizassem seu *status* social superior e seus privilégios para submeter esse grupo de mulheres às suas vontades. Dessa maneira, pode-se pensar que esse trecho também exemplifica que a forma como as mulheres moçambicanas foram duplamente submetidas à opressão dos colonizadores.

A partir da leitura desses trechos, nota-se que, ao falar sobre esses dois grupos distintos de mulheres, a narradora estabelece um certo distanciamento, não apenas entre ‘as brancas’ e ‘as negras’, mas também entre ela mesma e esses grupos. De certa forma, parece que a personagem se reconhece como um ser que não pertence inteiramente a apenas um desses conjuntos culturais. Ela parece identificar, desde a infância, sua própria identidade enquanto sujeito híbrido.

Para essa identificação, outro elemento ressaltado pela narradora é o trabalho. De forma geral, as colonas aparecem sempre vinculadas ao lar, uma vez que a responsabilidade de trabalhar fora desse espaço era atribuída ao homem. As mulheres moçambicanas, no entanto, aparecem fora desse ambiente, trabalhando na agricultura e na venda de frutos. Isso se evidencia quando Isabela afirma que “as pretas vendiam mangas no chão, em fila, no bazar de Lourenço Marques. As pretas vendiam tudo no chão, em qualquer lado; estendiam uma capulana velha e faziam montinhos de tomate, de raízes, de mangas, de amendoim” (FIGUEIREDO, 2018, p. 59).

Ao trazer essa afirmação, ela apresenta um contraste entre esses dois grupos de mulheres e parece tentar encontrar seu espaço de pertencimento entre os dois, descrevendo-se como uma “colonazinha preta”. A personagem afirma que “uma branca não vendia mangas no chão, à porta. Mas eu era uma colonazinha preta, filha de brancos. Uma negrinha loira. E a colonazinha negra que eu era vendia montezinhos de mangas do lado de fora do portão da machamba” (p. 59-60). Nesse sentido, ela mostra seu atravessamento na cultura dos povos nativos de sua terra.

Ademais, a narrativa também apresenta Isabela como uma personagem que é marcada pelo signo da traição, já que ela se vê dividida entre os dois conjuntos culturais em que está

inserida. De um lado, estão seus pais, que defendiam o sistema colonial e os privilégios que esse os assegurava, e, de outro, está o povo de Moçambique, que ela considera como sua terra. Desse modo, por não concordar com as ideologias sexistas e racistas características desse período, ela sente que está traindo seu pai ao narrar sua própria verdade a respeito dos acontecimentos de sua infância.

Entretanto, é a partir da manifestação de seu ponto de vista sobre as experiências vivenciadas em Moçambique que a personagem se torna capaz de assumir sua hibridez e identificar em si mesma características que pertencem a ambos os grupos com que conviveu. Exemplo disso é o trecho em que a personagem explica sua escolha de brincar de vender frutas, no qual ela afirma que “vender mangas ao portão, escondida da minha mãe, era a desobediência que não compreendia nem resistia a praticar. Era ser o que tinha nascido” (p. 60).

Nesse sentido, entende-se que a narradora, ao se descrever como uma “menina branca-negra” (p. 60), reconhece a importância de ambos os campos simbólicos a que está exposta para representar sua identidade. E, com isso, estabelece-se no entrelugar dessas duas culturas, reconhecendo-se como parte de ambas sem pertencer inteiramente a nenhuma delas.

Por fim, quando precisa deixar o país por conta da independência e das ondas de violência contra os colonos que permaneceram em Moçambique, Isabela afirma

não voltaria a esse lugar, que sendo a minha terra, não me pertencia. A minha terra nunca veio, depois disso, a ser um metro de chão preciso – um talhão do qual se pudesse dizer “pertença aqui”. (...) A minha terra havia de ser uma história, uma língua, uma ideia miscigenada de qualquer coisa de cultura e memória, um não pertencer a nada nem a ninguém por muito tempo, e ao mesmo tempo poder ser tudo, e de todos, se me quisessem, para que merecesse ser amada (FIGUEIREDO, 2018, p. 110).

Ao sair de Moçambique, Isabela abandona o espaço físico que lhe assegurava o contato constante com o contexto multicultural a que estava ambientada. Sem embargo, ao passar a reconhecer o seu próprio corpo como sua terra, ela parece compreender que esses elementos culturais dos povos nativos moçambicanos estão irremediavelmente ligados à percepção que ela tem de sua própria identidade, uma vez que esses estão vinculados às suas memórias mais antigas e às suas vivências. Dessa forma, mesmo ao deixar esse espaço, Isabela não abandona os elementos culturais que a tornam um sujeito híbrido.

Diferentemente de Isabela, o hibridismo cultural representado na personagem Vera, de *O sétimo juramento*, ocorre de maneira menos explícita. Nessa personagem, são apresentadas diversas dicotomias que retomam as situações vivenciadas pelas mulheres moçambicanas no período da guerra civil. A primeira delas é introduzida a partir dos signos da riqueza e da pobreza.

Logo ao início do livro, Vera observa mulheres que caminham por uma longa estrada de terra, indo em direção ao trabalho. Ao observá-las, ela relembra de sua infância, retomando signos que se referem às dificuldades enfrentadas por ela e por sua família. É o que demonstra o seguinte trecho:

Correm-lhe memórias da infância. Uma palhota fria. A panela vazia. Os lamentos da mãe e o choro das crianças que não suportavam a fome e o frio. [...] Como um anjo da guarda, abraça cada alma que passa e sente o desconforto da desigualdade. Os que trabalham a vida inteira recebem a miséria como prêmio e ela, que nada faz, tudo tem (CHIZIANE, 2000, p. 16).

Em sua reflexão, ela parece, em princípio, compadecer-se pela situação vulnerável daquelas mulheres, reconhecendo-as como suas iguais. No entanto, ao lembrar-se de seu *status* social atual, seu ponto de vista parece mudar, e ela passa a descrever essas mulheres da seguinte maneira:

Essas mulheres sem trela pululando pela estrada grande e na maior das misérias devem ser uma cambada de divorciadas, prostitutas reformadas, mulheres soltas que desprezaram o casamento para viver com mais liberdade todos os prazeres da vida (CHIZIANE, 2000, p. 16-17).

A partir dessas duas ocorrências, pode-se pensar que Vera, ao mesmo tempo em que se reconhece naquele grupo de mulheres, busca se distanciar de tais semelhanças. Nesse sentido, ela utiliza sua classe social como uma forma de estabelecer um afastamento cultural entre a visão que ela tem de si mesma no momento e quem ela costumava ser no passado. Além disso, esses trechos evidenciam outro fator essencial para que se compreenda a sociedade moçambicana desse período e a representação de Vera: o casamento.

Arnfred (2014) afirma que, após a independência, o projeto socialista do governo moçambicano passa a promover o conceito de família nuclear, que coloca a relação entre marido e esposa como essencial para o bem-estar social. Com isso, a FRELIMO demonstra sua oposição ao divórcio e a autora enfatiza, ainda, que, “quando as mulheres usam seus direitos tradicionais para o divórcio, elas são culpadas pela sua falta de respeito pela instituição do casamento e por serem mulheres soltas e promíscuas”⁵ (p. 30). A partir dessa perspectiva, pode-se compreender melhor o ressentimento que Vera parece sentir em relação a esse grupo, sobretudo porque ela, como uma mulher casada, precisou abrir mão dessa “liberdade” em prol de uma condição de vida melhor.

Ao início da obra, Vera é descrita como uma mulher bantu, bela e dedicada. Ela é casada com David, diretor bem-sucedido de uma estatal, e vive para seu marido e seus filhos. No entanto,

5 No original: “When women use their traditional rights to divorce, they are blamed for lack of respect for the institution of marriage and for being altogether loose and promiscuous” (ARNFRED, 2014, p. 30).

logo se torna evidente que seu casamento é marcado por alguns conflitos. O mais evidente, até então, é o relacionamento entre David e seu filho, Clemente, que está intrinsecamente ligado à rejeição, uma vez que David não aceita seu papel como pai do rapaz. Para esse personagem, Clemente é o “filho indesejável” (CHIZIANE, 2000, p. 163). Com isso, essas duas partes da identidade da personagem se sustentam em uma relação complexa e conflituosa.

Além disso, o casamento de Vera é marcado pela infidelidade, pela violência e pela subordinação. Ela é apresentada como alguém que convive com as constantes traições do marido e com as violências físicas e psicológicas que esse lhe impõe. Desse modo, compreende-se que Vera suporta os comportamentos abusivos do marido porque, em certa medida, depende e precisa dele para manter seu status social e o bem-estar de sua família.

Essa necessidade de suportar um contexto familiar abusivo pode ser pensada a partir de dois pontos centrais: a oposição ao divórcio e a dependência financeira da mulher. Ao tratar sobre o contexto pós-independência, Arnfred (2014) explica que “através do trabalho assalariado (...) os homens ganharam acesso a uma renda financeira negada à vasta maioria das mulheres e isso elevou o poder deles na família”⁶ (p. 33). Essa dependência financeira, aliada à desaprovação do divórcio, coloca a personagem em uma posição de vulnerabilidade social e assegura que ela se mantenha em uma posição de submissão.

Entretanto, é a partir da dicotomia entre seus papéis como mãe e esposa que Vera passa a assumir um papel mais central na obra. Isso ocorre porque, ao perceber que seu filho possui dons que o colocam em contato com espíritos, ela precisa decidir se irá obedecer ao marido – que lhe proíbe de ter contato com curandeiros – ou se irá salvar seu filho. É nesse momento, também, que o signo da traição é relacionado à personagem pela primeira vez.

A respeito de seu papel enquanto esposa e mãe, afirma-se que

o homem marido e o homem filho dão-lhe imenso trabalho, mas também imenso prazer. Mulher bantu é assim. Tem o coração demasiado grande para todos os amores e todas as dores, do marido, dos filhos e de todas as coisas que o mundo tem (CHIZIANE, 2000, p. 19-20).

Apesar de hesitar em se opor ao marido, ela, eventualmente, opta por recorrer às suas raízes bantu e notabiliza sua identidade enquanto mãe, escolhendo “traí-lo” para salvar sua família. Ao tomar essa decisão, ela reflete sobre como

os filhos ensinam uma mãe a ser mais mulher. A ser ousada. A saltar e a ultrapassar riscos. A chorar e a sorrir. A sofrer e a perdoar. A saber enfrentar a dor com orgulho. Os filhos são riqueza, infortúnio, bênção e maldição. Quem tem filhos tem cadilhos. Kuyambala mavala, kuveleka wukossi (CHIZIANE, 2000, p. 155).

6 No original: “Through wage labour [...] men have gained access to money income denied to the vast majority of women and this has increased their power in the family” (ARNFRED, 2014, p. 33).

Além disso, ao perceber como as escolhas de David prejudicaram a todos os membros de sua família, Vera passa a ressignificar a importância da riqueza. Com isso, chega à percepção de que todos os males que afligiram a ela e a seus filhos foram atraídos pela ganância, afirmando que “a riqueza é miséria. Só te trai aquele em quem mais confias. Só te odeia aquele que te ama” (CHIZIANE, 2000, p. 188).

Do mesmo modo, ao descobrir segredos familiares obscuros durante um embate com sua sogra, Vera também passa a questionar a ordem patriarcal que demanda a obediência da esposa. Ao indagar como a sogra pode sacrificar os próprios filhos em prol de riquezas e ouvir a resposta de que “ser boa esposa é saber manter as aparências e proteger a vergonha da família” e que “da podridão procurei o menos podre. (...) Manter as aparências e o meu lugar social foi tudo o que eu fiz” (CHIZIANE, 2000, p. 195), Vera jura não submeter seus filhos a esse mesmo destino. Para tanto, ela se dispõe a perder tanto a sua posição social quanto seu casamento.

É importante destacar, no entanto, que, apesar da decisão tomada por essa personagem, sua traição não rompe com o amor que ela sente pelo marido nem com seu papel de esposa. A escolha de trair David surge a partir da mudança de percepção que a personagem tem sobre ele, uma vez que ela afirma que “no meu mundo de resignação, via no teu pai o meu herói, meu santo, meu rei e príncipe. Hoje compreendo tudo e eu juro: vou mover todas as forças para vencer esta loucura, verás” (CHIZIANE, 2000, p. 198). Nesse sentido, para que possa cumprir a tarefa de salvar sua família, é essencial que Vera mantenha as aparências de seu casamento até que encontre uma solução. Todavia, pode-se notar que, ao ter que conceder a supremacia a um de seus papéis sociais – o de mãe –, a personagem é colocada em crise. Isso se evidencia no seguinte trecho:

Sou filha de ninguém e neste momento não tenho ninguém. Sou filha de um pai cujo nome não figura nas pedras da vida. Sou filha de uma prostituta reformada e jamais conheci o meu pai. De onde venho eu? Nem eu sei. Sou um ser sonâmbulo, sem passado nem futuro (CHIZIANE, 2000, p. 202).

Com a divisão estabelecida em sua família, verifica-se que os dois pilares que sustentavam a percepção que Vera tinha sobre sua própria identidade – mãe e esposa – tornam-se insustentáveis. Por um lado, ela sente a culpa em trair o marido e, por outro, sente-se culpada por ter falhado em proteger seus filhos. Com isso, apesar de encontrar uma solução para salvar aqueles que ama, ela perde a si mesma nesse processo. Dessa forma, ao precisar renunciar à sua hibridez, a personagem é levada à loucura.

Ao comparar as duas personagens, percebem-se diferenças marcantes na forma como o entrelugar é retratado nas obras *Caderno de memórias coloniais* e *O sétimo juramento*. A primeira das obras, ao ser analisada a partir da perspectiva da narradora-personagem Isabela, apresenta o entrelugar de maneira explícita, com questionamentos constantes de Isabela a respeito de

seu espaço e de sua identidade dentro dos contextos social e cultural em que está inserida. Ao analisar a personagem Vera, de Paulina Chiziane, no entanto, verifica-se que essa personagem, apesar de ser um sujeito híbrido, encontra-se em uma posição social que exige que ela opte por um conjunto cultural ou por outro. Além disso, enquanto Isabela parece, eventualmente, reconhecer-se a partir de sua identidade enquanto um sujeito híbrido, Vera é colocada em uma posição de escolha, tendo que rejeitar partes de sua identidade. Ao fazer isso, no entanto, ela passa por uma crise, a partir da qual se mostra que ela não é capaz de se reconhecer – de forma clara – enquanto sujeito, o que a leva à loucura.

Considerações finais

Ao analisar as obras a partir do ponto de vista de teorias que tratam sobre o hibridismo cultural, a identidade e o entrelugar, pode-se perceber que esses podem ser representados de maneiras distintas. Na primeira obra analisada, o hibridismo da personagem e sua existência no âmbito do entrelugar cultural são frequentemente debatidos e problematizados por ela. Em *O sétimo juramento*, no entanto, esse é retratado de forma implícita, a partir dos posicionamentos da personagem Vera a respeito de sua classe social e de seus papéis sociais enquanto mãe e esposa.

Além disso, ao verificar a forma como as personagens Isabela e Vera são representadas nas obras, notam-se os diferentes espaços ocupados pela mulher nos contextos pré e pós-independência em Moçambique. Isabela, por ser uma personagem branca, evidencia os contrastes entre as mulheres brancas e negras, que vivem em Moçambique no período colonial, demonstrando como as desigualdades sociais existentes influenciam no cotidiano desses grupos de mulheres. Ainda, constrói representações das mulheres negras que estão vinculadas aos signos da sexualidade, da pobreza e da opressão. As mulheres brancas, apesar de compartilharem uma representação baseada na opressão, também são associadas ao signo do racismo e do pudor. Ademais, na obra de Paulina Chiziane, enfatiza-se que a representação de Vera é construída a partir de seus papéis enquanto mãe e esposa. Sua personagem também oferece um retrato do contexto social do país, evidenciando a opulência de alguns e a pobreza de muitos, e se mostrando enquanto um sujeito híbrido que conhece essas duas realidades. Por fim, também é importante destacar que tanto Isabela quanto Vera são representadas a partir do signo da traição.

Ambas as personagens, ao serem retratadas como sujeitos híbridos, encontram-se no entrelugar das culturas que coexistem nos contextos sociais em que essas estão inseridas e, desse modo, possibilitam a construção de representações a respeito das estruturas sociais da sociedade Moçambicana colonial e pós-independência e oferecem um retrato do espaço ocupado pelas mulheres nessa sociedade.

REFERÊNCIAS

ARNFRED, Signe. **Sexuality and Gender Politics in Mozambique: rethinking gender in Africa**. Woodbridge: James Currey, 2014. (Nossa tradução).

BHABHA, Homi K. O entrelugar da cultura. In: _____. **O bazar global e o clube dos cavalheiros ingleses: Textos seletos**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2012.

CABAÇO, José Luis de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHIZIANE, Paulina. **O sétimo juramento**. Lisboa: Caminho, 2000.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. São Paulo: Todavia, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **The work of representation**. In: _____. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London/TheLondon/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/The Open University, 1997. (Trad. Ricardo Uebel).

SANTI, Heloise Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. **Stuart Hall e o trabalho das representações**. *Revista Anagrama* – Revista Interdisciplinar da Graduação. Ano 2 - Edição 1 – Setembro/Novembro de 2008.

SOUZA, Lynn M. T. M. de. **Hibridismo e tradução cultural em Bhabha**. In: ABDALA JR., Benjamin (Org.). *Margens da cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004, p.113-133.